

O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola

João Cristóvão Da Silva Mussoque *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0005-8025-2543>

Alexandre António Timbane **

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

RESUMO

A formação de qualidade é uma preocupação de todas as sociedades. A sociedade angolana é composta por povos falantes de diversas línguas. Embora a Constituição da República de Angola estabeleça o português como língua oficial e determine que o Estado valorize e promova o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, o sistema educativo permanece predominantemente organizado em português. A legislação educacional estabelece o português como língua de ensino, mas prevê a promoção e a utilização das demais línguas de Angola como complemento e instrumento de aprendizagem. A presença das línguas africanas nas escolas angolanas constitui, por isso, um desafio marcado por condicionantes históricas, institucionais e sociais. O presente trabalho analisa o ensino bilíngue como fator de inclusão social no sistema educativo de Angola, com ênfase no reconhecimento e na valorização das línguas nacionais. Busca compreender as contribuições e os desafios para a promoção da equidade na educação, diante de um contexto marcado pela predominância do português e pela marginalização das línguas locais. Por conseguinte, procura compreender como a implementação do ensino bilíngue pode promover a inclusão social, reduzir desigualdades e valorizar as identidades culturais e linguísticas angolanas. O estudo tem como objetivos identificar políticas públicas e práticas associadas à introdução das línguas nacionais no ensino, descrever estratégias para sua valorização e analisar os desafios enfrentados. Examina-se a situação sociolinguística do país, a organização do sistema educativo e os princípios estabelecidos na Constituição da República que orientam o uso das línguas nacionais no ensino. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem mista, utilizando questionários como instrumentos de coleta de dados, aplicados via Google Formulários a nove (9) pais e encarregados de educação e dez (10) professores de uma única escola. Os resultados descrevem as percepções desses participantes sobre o valor das línguas nacionais, o ensino bilíngue e os obstáculos à sua implementação, destacando a insuficiência de materiais didáticos, a falta de formação específica para docentes e a resistência cultural ao bilinguismo. Conclui-se que, no contexto estudado, a implementação do ensino bilíngue é percebida como uma possibilidade de

* Possui graduação em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, BA, Campus dos Malês. Atualmente, é membro do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global. Faz parte do Grupo de Extensão Vozes de África. É integrante do Grupo de Extensão Tukina. Também, faz parte da Associação dos Estudantes Angolanos (AESA) desde 2024. E-mail: jcristovao.mussoque@gmail.com

** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, em São Paulo. E-mail: alextimbane@gmail.com

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de contribuir para a qualidade educativa, para a valorização das línguas nacionais de origem africana e para a construção de uma sociedade mais plural e socialmente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino bilíngue; Línguas nacionais; Educação; Inclusão

Bilingual education as a factor of inclusion: the use of national languages in the educational system in Angola

ABSTRACT

Quality education is a concern for all societies. Angolan society comprises peoples who speak various languages. Although the Constitution of the Republic of Angola establishes Portuguese as the official language and requires the State to value and promote the study, teaching and use of the other languages of Angola, the education system remains predominantly organized in Portuguese. Education legislation establishes Portuguese as the language of instruction while also providing for the promotion and use of other Angolan languages as complementary tools for learning. The presence of African languages in Angolan schools therefore remains a challenge shaped by historical, institutional and social constraints. This study analyzes bilingual education as a factor of social inclusion in Angola's education system, emphasizing the recognition and appreciation of national languages. It seeks to understand the contributions and challenges involved in promoting educational equity in a context marked by the predominance of Portuguese and the marginalization of local languages. Accordingly, it examines how the implementation of bilingual education may promote social inclusion, reduce inequalities, and value Angolan cultural and linguistic identities. The study aims to identify public policies and practices associated with introducing national languages into education, describe strategies for their appreciation, and analyze the challenges faced. It examines the country's sociolinguistic situation, the organization of the education system, and the constitutional principles concerning the use of national languages in education. The research adopted a mixed-methods approach and used questionnaires administered via Google Forms to nine (9) parents and guardians and ten (10) teachers from a single school. The results describe these participants' perceptions of the value of national languages, bilingual education, and the obstacles to its implementation, particularly insufficient teaching materials, a lack of specific teacher training, and cultural resistance to bilingualism. It is concluded that, in the context studied, bilingual education is perceived as a possible contribution to educational quality, the appreciation of national languages of African origin, and the construction of a more plural and socially inclusive society.

KEYWORDS

Bilingual Education; National Languages; Education; Inclusion

Introdução

Angola é um país localizado na costa ocidental da África Austral, com uma extensão territorial de 1.246.700 km² e uma população diversificada, composta por vários grupos étnico-linguísticos. O país tem uma história

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de marcada por quase cinco séculos de colonização portuguesa, que deixaram profundas influências na cultura, na política e, sobretudo, na configuração linguística do país.

A exclusão das línguas nacionais no sistema de ensino angolano tem propagado desigualdades e limitado o potencial de muitos estudantes, principalmente daqueles para quem o português não é a língua materna. Angola é um país caracterizado por sua diversidade linguística, “onde coabitam cerca de vinte línguas de origem africana, tratando-se de um país multilíngue e de diversidade cultural, além do português, que é a língua oficial” (Bernardo, 2018, p. 40). No entanto, o sistema educacional ainda enfrenta desafios significativos na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão linguística. A priorização do português resulta na marginalização das línguas nacionais, que são o principal meio de comunicação para uma parte significativa da população, especialmente nas demais províncias.

Nesse sentido, o ensino bilíngue surge como uma ferramenta importante na promoção de uma educação mais inclusiva e na valorização das identidades culturais e linguísticas. A UNESCO (2003), em *Educação em um mundo multilíngue* (tradução nossa do título), reconhece a importância do uso da língua materna na melhoria do aprendizado cognitivo dos alunos, além de contribuir para a redução das desigualdades sociais. Em Angola, têm sido tomadas iniciativas para incluir línguas nacionais no sistema de ensino, em algumas escolas privadas, mas ainda se verificam grandes dificuldades estruturais, como a falta de capacitação de professores e a escassez de materiais didáticos.

Neste contexto, a introdução das línguas nacionais no sistema educativo é fundamental para reverter o quadro histórico de marginalização dessas línguas. Como destaca Chicumba (2019, p. 3), “A política cultural dos colonialismos europeus atribuiu sempre o estatuto de inferioridade às línguas africanas, designadas de dialetos. Esta situação oficializou-se em 1869 [...] e prolongou-se até 1975”. Esse histórico de exclusão resultou na predominância do português na administração pública, na educação e nos meios de comunicação, criando um cenário de desigualdade linguística.

Além disso, as reformas educativas de 1977 e 2004 incentivaram a introdução das línguas nacionais no Sistema Nacional de Educação e Ensino, uma vez que “mais de metade da população, principalmente em zonas rurais,

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de não dominava o português” (Chicumba, 2019, p. 2). No entanto, a ausência de recursos educativos em línguas nacionais e a resistência cultural à sua implementação continuam sendo desafios significativos.

Com isso, este trabalho propõe-se a analisar a necessidade de implementação de um ensino bilíngue e o seu papel no sistema de ensino angolano, acentuando a contribuição das línguas nacionais como fator de inclusão social e educacional, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Apesar de a diversidade linguística existente no país ser um patrimônio cultural significativo, ela representa um desafio para o sistema educacional angolano, pois o português foi priorizado como instrumento de ensino nas escolas e como principal meio de comunicação nas organizações governamentais. Esse modelo tradicional monolíngue, que favorece o português e, conseqüentemente, desmerece as línguas nacionais, atua como uma ferramenta de exclusão, uma vez que as línguas nacionais continuam sendo amplamente faladas no dia a dia de muitas comunidades angolanas, principalmente nas zonas rurais e mais distantes dos centros urbanos.

Como consequência, muitos  alunos enfrentam dificuldades de aprendizado, o que contribui para a evasão escolar, limitando suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional. Além disso, essa realidade reforça desigualdades sociais e enfraquece a transmissão das línguas nacionais entre gerações, colocando-as em risco de extinção. Conforme Mantoan (2003, p. 14), “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”

Daí a ideia de um ensino bilíngue como alternativa para tornar a educação em Angola mais inclusiva, respeitando a diversidade linguística e progredindo para um aprendizado mais eficaz. A Lei nº 17/16, de 7 de outubro, estabelece o português como língua de ensino, mas determina também que o Estado promova as condições para a expansão e generalização da utilização das demais línguas de Angola e admite o seu uso, como complemento e instrumento de aprendizagem, nos diferentes subsistemas de ensino (ANGOLA, 2016, Artº. 16). A concretização dessas possibilidades enfrenta desafios estruturais e culturais, como a falta de materiais didáticos, de professores

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de devidamente preparados e capacitados e a resistência de setores que ainda associam o português à única língua de progresso. Nesse sentido, torna-se necessário um olhar reflexivo a respeito dos impactos do ensino bilíngue na inclusão social e educacional, assim como das estratégias e políticas públicas que podem possibilitar a sua implementação de modo mais eficiente e sustentável em Angola.

Diante disso, buscamos levantar a seguinte questão: de que forma a implementação do ensino bilíngue, com foco no uso e na valorização das línguas nacionais, pode contribuir para a inclusão social e educacional no sistema de ensino em Angola e quais são os principais desafios e estratégias para alcançar esse objetivo? Como hipóteses, avançam-se as seguintes ideias: a) a utilização das línguas nacionais no ensino bilíngue poderá melhorar o desempenho acadêmico dos alunos que falam essas línguas; b) o ensino bilíngue favorece a inclusão social e reduz a desigualdade educacional; c) a falta de recursos, como materiais didáticos, e de capacitação de professores constitui um dos fatores que dificultam a implementação do ensino bilíngue nas escolas de Angola.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel do ensino bilíngue como fator de inclusão social, cultural e educacional em Angola, com ênfase no uso das línguas nacionais no sistema de ensino. Especificamente, a pesquisa visa: a) identificar políticas públicas, práticas e desafios associados à sua implementação; b) descrever estratégias do ensino bilíngue utilizadas para valorizar e preservar as línguas nacionais angolanas; c) avaliar os desafios enfrentados pelos professores, alunos e escolas na implementação do bilinguismo no ensino angolano. A presente pesquisa parte da necessidade de compreender criticamente como o sistema educacional angolano lida com a sua complexa diversidade linguística e cultural, partindo inicialmente da análise da situação sociolinguística do país e da centralidade do português como língua de ensino. Ressaltamos que a pesquisa não busca apenas descrever um quadro já conhecido, mas propor uma reflexão aprofundada sobre as possibilidades de transformação deste cenário.

O ensino bilíngue, embora previsto em algumas políticas, reconhecido em documentos internacionais e já materializado em alguns contextos, como Moçambique, entre outros, permanece em Angola como uma proposta mais retórica do que efetivamente implementada. A pesquisa, portanto, pretende

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de avançar sobre essa lacuna, investigando como o uso das línguas nacionais pode deixar de ser um discurso periférico e assumir um papel estruturante na promoção de uma educação inclusiva e socialmente comprometida.

Entende-se que, para além de uma necessidade pedagógica, a valorização das línguas nacionais representa uma estratégia política de reparação histórica e de fortalecimento das identidades culturais angolanas. Espera-se ajudar, mesmo que de forma inicial e parcial, a promover um diálogo mais amplo e consciente na sociedade e na academia sobre a criação de políticas linguísticas e educacionais mais justas e eficientes. Essas políticas devem valorizar a diversidade de línguas, não como um problema, mas como uma ferramenta importante para o aprendizado.

Diante disso, a continuidade e o aprofundamento desta pesquisa mostram-se relevantes para delinear, com maior precisão, os desafios, as potencialidades e as possíveis estratégias para a implementação do ensino bilíngue em Angola, reforçando o compromisso com uma educação que respeite a pluralidade cultural e amplie as possibilidades de inclusão e cidadania.



1. A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

Angola é um país com uma grande variedade de línguas e culturas, resultado de uma história complexa que inclui a colonização, migrações e a convivência entre diferentes grupos étnicos. Essa realidade sociolinguística apresenta desafios e oportunidades no contexto educacional, especialmente na implementação do ensino bilíngue como fator de inclusão social. Antes da colonização, o território era habitado por diversos grupos etnolinguísticos, cujas línguas pertencem principalmente à família Bantu. Com a invasão dos colonizadores, o português foi imposto como língua administrativa e de ensino, deixando as línguas nacionais em um papel secundário.

Após a sua independência, em 1975, Angola manteve o português como língua oficial e, em contrapartida, reconheceu a importância das línguas nacionais na preservação da identidade cultural do país. Esse reconhecimento, porém, não foi plenamente posto em prática, pois a situação sociolinguística em Angola é marcada por uma divisão entre o português, associado ao progresso e à modernidade, e as línguas nacionais, muitas vezes vistas como inferiores ou restritas a contextos informais. Desse modo, a disputa por espaço

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
das línguas nacionais ao lado do português, língua herdada do colonizador,
configura um cenário complexo e multifacetado.

Essa primazia do português em instituições públicas, meios de comunicação e, sobretudo, no sistema educacional não apenas reforça desigualdades sociais, mas também impacta negativamente o processo de aprendizagem de muitos alunos cuja língua materna não é o português, gerando dificuldades de compreensão, expressão e integração no ambiente escolar. A falta de uma política linguística clara e inclusiva agrava essa situação. Enquanto o português atua como veículo de instrução, as línguas nacionais, como Kimbundu, Umbundu, Kikongo e outras, permanecem à margem, sem espaço formal no currículo escolar.

De acordo com Santana e Timbane (2021), o português permanece predominante como meio de ensino no sistema educativo angolano, enquanto as línguas nacionais ocupam um espaço reduzido. Os autores consideram que a insuficiente institucionalização das línguas africanas compromete o plurilinguismo e reforça tendências monolíngues. Essa situação pode limitar o desenvolvimento linguístico de alunos cuja língua materna não é o português e desvalorizar identidades culturais, razão pela qual o debate sobre política linguística e educação bilíngue assume particular relevância em Angola.

No entanto, Santana e Timbane (2021) enfatizam a importância de o poder político considerar os debates sobre política linguística para tomar decisões que valorizem as línguas locais, contribuindo para a preservação da diversidade linguística e cultural do país. Diante disso, é importante discutir o papel da língua no desenvolvimento de um país multilíngue como Angola. Além disso, o contato entre o português e as línguas locais dá origem a novas variedades linguísticas, como o português angolano, que carrega marcas fonéticas, lexicais e sintáticas das línguas nacionais. Isso implicaria, por exemplo, que o ensino do português levasse em consideração a realidade plurilíngue dos alunos. Esse fenômeno, embora enriquecedor, exige que os professores estejam preparados para lidar com a variação linguística em sala de aula, o que nem sempre acontece.

Portanto, a situação sociolinguística de Angola exige uma reparação urgente das políticas educacionais, com foco na inclusão das línguas nacionais e no reconhecimento da diversidade linguística como um recurso e não como um obstáculo.

1.1. Localização das línguas

Com uma extensão de 1.246.700 km², Angola é atualmente dividida administrativamente em 21 províncias, que, por sua vez, se subdividem em municípios e comunas. Essa diversidade geográfica relaciona-se com a distribuição das diferentes línguas faladas no território. De acordo com os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, o português era falado por cerca de 71% da população, com maior incidência nas áreas urbanas do que nas rurais (INE, 2016).

O censo regista também a presença de várias línguas nacionais no uso doméstico, entre as quais Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Kwanhama e Muhumbi, com distribuições regionais diferenciadas. Estes dados não devem ser lidos como categorias mutuamente exclusivas, uma vez que um mesmo falante pode utilizar mais de uma língua. A diversidade linguística observada reforça a necessidade de considerar os repertórios efetivos das comunidades no planeamento educacional.



1.2. O Lugar das línguas africanas em Angola

As línguas africanas desempenham um papel muito importante na formação da identidade cultural de Angola. Elas são formas de transmitir valores, histórias, memórias e manifestações artísticas. Infelizmente, ao longo da história, essas línguas foram deixadas de lado, tanto durante o período colonial, quando o português foi imposto como língua oficial, quanto depois da independência, quando o português continuou sendo a principal língua usada nas instituições e na educação.

Zossou (2021) explica que, na visão africana, a língua está profundamente ligada aos aspectos culturais, espirituais e intelectuais do grupo que a fala. Segundo o autor, “a língua no contexto africano é uma caixa preciosa que contém as riquezas culturais, intelectuais, sociais, espirituais de um determinado grupo etnolinguístico” (ZOSSOU, 2021, p. 50).

Nesse caso, no contexto africano, a língua vai além de uma simples ferramenta de comunicação. Ela é vista como uma parte fundamental da cultura e da vida social. Diante disso, reconhecer o papel dessas línguas significa também reconhecer a pluralidade do povo angolano e sua resistência histórica frente à imposição cultural colonial. Sua presença cotidiana nas

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de famílias, mercados, práticas religiosas e artísticas revela sua centralidade, ainda que essas línguas sejam oficialmente subvalorizadas. Zossou (2021) segue enfatizando que, diferentemente da cultura ocidental, que considera a escrita como a principal maneira de transmitir o conhecimento, nas sociedades africanas a oralidade é o método mais importante para manter e compartilhar os saberes sociais, espirituais e culturais. Entretanto, é importante pensar sobre o lugar das línguas africanas no contexto educacional angolano. Essa reflexão visa reconhecer a importância dessas línguas como suporte da memória social e como elemento estruturante da própria existência dos grupos que as falam.

1.3. Ensino Bilíngue

O ensino bilíngue é um método de aprendizagem em que duas línguas são usadas de forma planejada e prática na escola. Não se trata apenas de ensinar essas línguas como disciplinas separadas, mas de usá-las como ferramentas para aprender, comunicar-se e construir conhecimento (GARCÍA; WRIGHT, 2015 apud MEGALE; EL KADRI, 2023).

Megale e El Kadri (2023) ressaltam que essa educação bilíngue deve ser crítica, rompendo com a ideia de que existe uma língua de prestígio. Deve incentivar práticas pedagógicas que valorizem as demais línguas e formas de falar, reconhecendo diferentes vozes e conhecimentos linguísticos que os alunos levam para a sala de aula. Essa visão entende a língua não apenas como um instrumento de comunicação, mas também como um símbolo de pertencimento e poder social.

Essa discussão no contexto angolano é significativa, pois as línguas nacionais, embora reconhecidas pela Constituição, são frequentemente limitadas ao uso em contextos familiares e informais. A distância entre as línguas utilizadas nas escolas e as faladas nas comunidades dificulta o aprendizado e resulta na exclusão de muitos estudantes.

Diante disso, a inclusão educacional não se restringe simplesmente à presença do aluno em sala de aula, mas implica também criar condições para que todos aprendam com base em sua realidade linguística, cultural e social. Freire (1987) enfatiza que educar é reconhecer o outro como sujeito de saber e cultura e não lhe impor um modelo único de expressão. Percebe-se que, no contexto angolano, isso significa compreender que considerar o português a

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
única e exclusiva língua de ensino só fortalece a exclusão linguística, social e simbólica de quem tem outra língua como materna.

Portanto, deve-se enxergar a educação bilíngue como um caminho para a inclusão, sobretudo em países multilíngues como Angola. Ela promove respeito, aproxima as escolas das comunidades e reconhece o valor cultural das línguas nacionais. Seu alcance deve ir muito além de uma metodologia pedagógica: o ensino bilíngue é uma ferramenta de justiça social e educacional, capaz de transformar a escola em um espaço representativo da identidade angolana e verdadeiramente plural.

1.4. Políticas linguísticas e educacionais em contextos multilíngues

A política linguística em Angola reflete um processo histórico marcado pela herança colonial, no qual o português foi instituído como única língua oficial e consolidado como principal meio de ensino. Essa centralidade é frequentemente justificada como necessária à unidade nacional, mas também é criticada por ignorar a diversidade linguística e cultural do país (PATATAS; QUINTAS, 2019). No entanto, essa abordagem levanta uma dúvida importante: será que é possível promover inclusão social e melhorar o desempenho escolar se ignorarmos a língua materna da maioria dos estudantes?

Tal como foi dito no princípio, em contextos multilíngues como o de Angola, a adoção de um modelo monolíngue tende a produzir exclusões. Crianças cuja língua materna não é o português enfrentam barreiras cognitivas e afetivas desde os primeiros anos escolares, resultando em dificuldades de aprendizagem e limitação do acesso ao conhecimento. Para Patatas e Quintas (2019), a ausência de políticas efetivamente inclusivas nesse campo significa perpetuar desigualdades históricas e reforçar preconceitos linguísticos.

A experiência de outros países africanos demonstra que alternativas são possíveis. Em Moçambique, por exemplo, programas de educação bilíngue iniciados em regiões rurais mostraram que a alfabetização na língua materna favorece a compreensão e a permanência escolar, sem comprometer a aprendizagem do português (JOAQUIM; PACHECO, 2017). A África do Sul, com um regime constitucional multilíngue e várias línguas oficiais, constitui igualmente um exemplo de enquadramento institucional da diversidade linguística.

Dessa forma, refletir sobre as políticas linguísticas em Angola significa reconhecer que sua configuração não é neutra: trata-se de uma escolha

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de política e cultural. Revisitar essa escolha implica não apenas repensar o papel do português como língua de ensino, mas também considerar as línguas nacionais como instrumentos de inclusão social, valorização identitária e coesão cultural. Isso sugere que Angola poderia reconsiderar suas políticas, ajustando-as mais à realidade linguística do país e menos às lembranças do passado colonial.

1.5. Desafios e possibilidades

Embora a legislação angolana já reconheça a importância de valorizar as línguas nacionais, na prática ainda enfrentamos muitos desafios para colocar isso em ação no ensino. Como apontado por Miranda (2023), na província da Huíla, o ensino bilíngue existe mais como uma expectativa do que como uma realidade concreta. Um dos principais obstáculos é a formação docente. Muitos professores não dominam suficientemente as línguas nacionais nem possuem preparo pedagógico para atuar em contextos bilíngues, o que compromete a qualidade das práticas de ensino (MIRANDA, 2023).

Outro desafio é a escassez de material didático produzido nas línguas locais. Sem livros, cartilhas e recursos adaptados, o ensino bilíngue corre o risco de se tornar inviável. A esse aspecto soma-se o preconceito linguístico ainda presente em parte da sociedade, que associa as línguas nacionais ao atraso e o português ao progresso, reproduzindo uma lógica de inferiorização herdada do colonialismo (MIRANDA, 2008). Esses fatores contribuem para taxas mais elevadas de reprovação e evasão escolar, sobretudo entre crianças cuja primeira língua não é o português (MIRANDA, 2023).

Apesar disso, as possibilidades de avanço são concretas. O ensino bilíngue, quando implementado desde os primeiros anos escolares, pode favorecer a autoestima dos estudantes, aumentar o engajamento e reforçar o sentimento de pertencimento (Patatas; Quintas, 2019). Experiências moçambicanas confirmam que a integração das línguas locais como meio de instrução inicial melhora o desempenho acadêmico e fortalece os vínculos culturais (JOAQUIM; PACHECO, 2017). Além disso, Miranda (2023) aponta que a valorização de professores nativos das comunidades, aliada a programas de formação continuada, representa uma estratégia viável para consolidar o ensino bilíngue em Angola. Nesse sentido, o desafio maior não é apenas técnico, mas político: investir em recursos, superar preconceitos e transformar o discurso em prática.

Assim, refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino bilíngue significa compreender que sua efetivação pode se tornar um instrumento de justiça social. Longe de ameaçar a unidade nacional, a presença das línguas locais no sistema educativo fortalece a democratização do ensino e contribui para a preservação das identidades culturais historicamente marginalizadas.

2. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

A Lei nº 17/16, de 7 de outubro, estabelece as bases atuais do Sistema de Educação e Ensino de Angola. No que respeita às línguas, o seu artigo 16.º determina que o ensino seja ministrado em português, mas prevê simultaneamente que o Estado promova as condições para a expansão e generalização da utilização das demais línguas de Angola e que estas possam ser utilizadas, como complemento e instrumento de aprendizagem, nos diferentes subsistemas de ensino (ANGOLA, 2016). A distância entre essa previsão normativa e a sua concretização constitui um dos eixos discutidos neste estudo, sobretudo no que toca à formação de professores, à produção de materiais e à presença efetiva das línguas nacionais nas escolas.

A situação torna-se ainda mais evidente no ensino superior. Exemplo disso é o caso de universidades que oferecem cursos de Letras: nos dois primeiros anos, privilegia-se o inglês, e apenas no terceiro ano surge a disciplina de uma língua nacional, como o Kimbundu. Esse arranjo curricular evidencia uma hierarquia que coloca o português no centro, reforça línguas estrangeiras e marginaliza as línguas nativas, contrariando o espírito da lei que deveria orientar o sistema educativo.

Essa ausência de políticas consistentes de ensino bilíngue revela um paradoxo: ao mesmo tempo que a Constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 19º, reconhece a importância da diversidade linguística, o sistema educativo não garante professores especializados, materiais didáticos adequados nem programas de valorização das línguas nacionais. Como resultado, amplia-se a desigualdade entre grupos sociais, uma vez que os estudantes com menor contato com o português enfrentam maiores barreiras de aprendizagem. Para que o ensino bilíngue seja uma realidade em Angola, é necessário implementar políticas estruturadas que incluam não apenas a escola, mas também ações de conscientização da sociedade, como campanhas na televisão e em outros meios de comunicação.

2.1 Ensino Primário

O ensino primário é uma fase particularmente relevante para discutir a introdução das línguas nacionais no sistema educativo, por coincidir com o contato inicial de muitas crianças com a leitura e a escrita. A Lei n.º 17/16 estabelece, no artigo 16.º, que o ensino deve ser ministrado em português, mas admite a utilização das demais línguas de Angola como complemento e instrumento de aprendizagem. Neste quadro, importa discutir de que modo a língua materna dos alunos pode ser mobilizada pedagogicamente sem comprometer a aprendizagem do português. Sousa (2015) relaciona a centralidade histórica do português com o colonialismo e com processos de centralização estatal. Filipe (2012), por sua vez, chama a atenção para o denominado “bilinguismo subtrativo”: em modelos assim, a criança pode perder espaço de uso da língua materna sem adquirir plenamente competência na segunda língua, produzindo resultados frágeis tanto na aprendizagem quanto no desenvolvimento linguístico.

Mas há outro ponto: quando se alfabetiza em português, não apenas se cria uma barreira pedagógica, mas também uma barreira simbólica. A mensagem transmitida é de que as línguas maternas não são dignas de serem usadas na escola. Isso gera desvalorização cultural e até rejeição da própria identidade linguística. Ao contrário, quando o processo parte da língua materna, o português pode ser incorporado gradualmente, de forma aditiva, valorizando e somando competências. Isso tem sido comprovado em experiências de países africanos, onde a valorização da língua local reduziu a evasão escolar e aumentou a autoestima dos alunos.

2.2 Ensino Secundário

O ato de ensinar pode distanciar ou aproximar o aluno da sua identidade cultural. Em teoria, poder-se-ia argumentar que a ciência é “universal” e independe da língua. Mas, na prática, ensinar unicamente em português coloca as línguas nacionais à margem do conhecimento científico, como se estas só servissem para a vida cotidiana ou para a infância. Sousa (2015) observa que, mesmo após a independência, o sistema não conseguiu integrar as línguas nacionais de forma efetiva, mantendo o português como único veículo do saber formal.

Filipe (2012) mostra que esse processo se assemelha ao modelo de submersão: a língua majoritária é imposta, e a língua minoritária desaparece. Isso não só limita a aprendizagem, mas também comunica que a cultura dos alunos não tem valor no campo do conhecimento. O impacto disso na adolescência é profundo, pois este é o momento de formação da identidade e da pertença. Ao não verem sua língua refletida na escola, os jovens internalizam a ideia de que sua cultura não tem legitimidade no espaço científico e escolar.

Além disso, a exclusão da língua no ensino médio cria um paradoxo: pede-se que o estudante entenda conteúdos complexos de ciência e tecnologia, mas não se oferece a oportunidade de usar sua língua mais familiar para pensar e aprender. Isso não é apenas uma dificuldade com a língua, mas uma barreira que impede o acesso ao conhecimento de forma plena. A resposta é simples: ciência e identidade podem coexistir, mas a maneira como o sistema funciona em Angola acaba transformando a ciência em um elemento de ruptura cultural, quando ela poderia ser uma ponte que une diferentes culturas de forma mais inclusiva.

2.3 Ensino Superior



Pode-se observar que, sem investir no ensino superior, torna-se difícil manter políticas de inclusão linguística em outros níveis de ensino, pois essa é uma questão que envolve estruturas mais profundas. Sousa (2015) demonstra que a formação docente em Angola é incipiente no campo do bilinguismo e que a pesquisa sobre línguas nacionais ainda não é prioridade das universidades. Isso significa que os professores do primário e do secundário chegam às salas de aula sem ferramentas teóricas e metodológicas para implementar a educação bilíngue. Filipe (2012) acrescenta que, sem políticas de educação bilíngue aditiva, que fortaleçam tanto a língua materna quanto a majoritária, não há como criar bilíngues equilibrados.

O sistema se sustenta principalmente porque é no ensino superior que se produzem currículos, gramáticas, dicionários e materiais didáticos. Na ausência desse investimento, qualquer política nos níveis inferiores tende a ser improvisada ou a resultar em projetos isolados. Pior ainda: ao não institucionalizar o estudo das línguas nacionais, o sistema reforça a noção de que elas são secundárias, periféricas ou "não científicas". Isso mantém o ciclo vicioso: como os professores não são capacitados, eles não ensinam; como não

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de ensinam, os alunos não aprendem; como os alunos não aprendem, não há pressão social para mudar a situação das línguas.

Assim, o ensino superior é o elo que decide se o bilinguismo em Angola será apenas retórico ou se terá base sólida para transformar a escola em espaço de inclusão.

Nesse contexto, fica evidente que a exclusão das línguas nacionais vai além de uma simples questão linguística; trata-se de um projeto histórico e político que permeia todos os níveis de ensino. Essa configuração, embora seja uma herança da colonização portuguesa e da centralização estatal, que estabeleceram o português como língua dominante, encontra em teóricos como Filipe (2012) um referencial crítico, ao afirmar que apenas políticas de bilinguismo forte, aditivas e de manutenção evolutiva, podem romper com a subtração linguística e garantir que ciência, cidadania e identidade cultural coexistam.

3. A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS

Ao fazermos uma análise da Constituição da República de Angola (2010) e da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), percebe-se a distância entre o reconhecimento formal das línguas nacionais e a efetivação de direitos linguísticos. A Constituição estabelece, no artigo 19.º, que a língua portuguesa é a língua oficial do Estado. “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (ANGOLA, 2010, art. 19, n.º2). Do mesmo modo, o artigo 21.º dá ao Estado a tarefa de “Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (ANGOLA, 2010, art. 21, alínea h).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), elaborada no âmbito da Conferência Mundial de Direitos Linguísticos realizada em Barcelona, apresenta um quadro de defesa dos direitos das comunidades linguísticas e da igualdade entre as línguas. O documento abrange domínios como a educação, a cultura, os meios de comunicação e a vida pública, defendendo condições para que as comunidades possam preservar, desenvolver e promover os seus sistemas linguísticos.

Artigo 7.º

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções.
2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora.

Artigo 9.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, standardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.

Artigo 10.º

1. Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito.
2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, económica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas.
3. Em aplicação do princípio da igualdade, devem ser tomadas as medidas indispensáveis para que esta igualdade seja real e efetiva (DUDL, 1996, p. 6-7, grifo nosso).

Os dois instrumentos operam,  assim, em planos distintos. A Constituição de Angola confere ao português o estatuto de língua oficial, mas determina também que o Estado valorize e promova o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos formula princípios mais amplos de igualdade entre comunidades linguísticas e de proteção das suas línguas em diferentes domínios da vida social.

No contexto educacional, a questão central não é a ausência de qualquer reconhecimento jurídico das línguas de Angola, mas a distância entre esse reconhecimento e a sua efetivação. A Constituição promove o estudo e o ensino das demais línguas de Angola, e a Lei n.º 17/16 admite a sua utilização como complemento e instrumento de aprendizagem, embora mantenha o português como língua de ensino. Os dados deste estudo devem, por isso, ser lidos como percepções dos participantes sobre a implementação concreta dessas previsões e sobre os obstáculos que persistem. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos funciona aqui como referencial crítico para discutir uma presença educacional mais ampla das línguas das comunidades.

3.1. A língua Kimbundu

Segundo os resultados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014 (INE, 2016), o Kimbundu surge entre as línguas de Angola utilizadas no espaço doméstico, com cerca de 7,8% das respostas registadas. Estes dados evidenciam a presença social da língua, embora não permitam, por si só, caracterizar todos os seus domínios de uso nem a sua transmissão entre gerações. O Kimbundu mantém também relevância histórica e cultural, sendo objeto de documentação gramatical, lexicográfica e de iniciativas contemporâneas de preservação.

Do ponto de vista linguístico e acadêmico, o Kimbundu possui uma tradição documental relevante. A Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola, de Chatelain (1888-1889), constitui um marco no estudo da língua, enquanto o Dicionário Kimbundu-Português, de Assis Júnior (1948), oferece uma ampla compilação lexical. Mais recentemente, o Mini Dicionário Kimbundu, de Mpungu (2021), e recursos digitais como Glosbe (2025) e Kimbundu.org (2025) ampliam o acesso a vocabulários e materiais de consulta. Além disso, Fernandes (2021) analisa a gramática de Pedro Dias, publicada em 1697, destacando o seu lugar pioneiro na história da descrição do Kimbundu.

Este conjunto de obras demonstra que existem bases documentais relevantes para apoiar o ensino e o estudo do Kimbundu. Contudo, a existência de gramáticas, dicionários e recursos digitais não elimina outros obstáculos à implementação educacional, entre os quais se encontram a formação de professores, a produção e distribuição de materiais didáticos adequados, a planificação curricular, a regulamentação e as opções de política linguística. O Quadro I reúne alguns exemplos dessa tradição documental.

Quadro I: Lista de alguns dicionários e gramáticas existentes na língua Kimbundu

Autor(es)	Obras	Ano
Héli Chatelain	Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola	1888-1889
A. de Assis Júnior	Dicionário Kimbundu-Português, linguístico, botânico, histórico e corográfico	1948
Pedro Dias (estudado por Gonçalo Fernandes)	A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisboa, 1697)	1697/2021
Ngana Mpungu (Celso Dermones)	Mini Dicionário Kimbundu	2021
Glosbe	Dicionário Português-Kimbundu (online)	2025

Autor(es)	Obras	Ano
Kimbundu.org	Arquivo Kimbundu (online)	2025

Fonte: elaborado pelos autores com base em Chatelain (1888-1889), Assis Júnior (1948), Fernandes (2021), Mpungu (2021), Glosbe (2025) e Kimbundu.org (2025).

4. Metodologia

Para a nossa pesquisa, adotamos uma abordagem quali-quantitativa, articulando questões fechadas e abertas nos questionários aplicados aos participantes (Creswell; Plano Clark, 2013). A componente quantitativa corresponde à apresentação de frequências e percentagens das respostas fechadas; a componente qualitativa decorre da análise e discussão dos excertos das respostas abertas e das percepções expressas pelos participantes. Esta articulação procura ampliar a compreensão do contexto estudado, sem atribuir à amostra um alcance representativo que o desenho da pesquisa não permite.

Creswell (2010) realça que a pesquisa mista é, de fato, útil quando queremos entender um fenómeno de forma mais completa, juntando a objetividade dos números com a riqueza das interpretações. Neste estudo, essa abordagem permitiu uma visão mais ampla e integrada sobre como os professores e os encarregados de educação percebem o uso das línguas nacionais no sistema de ensino, além de identificar os desafios enfrentados na implementação do ensino bilíngue em Angola.

4.1. Local da pesquisa

A nossa pesquisa foi realizada na Escola Dom Pedro V (antiga 1 de Junho), localizada na cidade de Luanda, município do Cazenga, bairro da Mabor, no Distrito urbano do Kimaquieza, especificamente na rua do Imbondeiro. A instituição atende estudantes de diferentes níveis de ensino e constitui um espaço sociolinguisticamente representativo, onde há falantes das diversas línguas nacionais de origem africana e do português. Também é implementado o ensino da língua Kimbundu, o que a torna um ambiente privilegiado para analisar as dinâmicas de bilinguismo e as percepções sobre o uso das línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem.

4.2. Instrumento de coleta de dados

Para coletar os dados, utilizamos dois questionários, sendo o primeiro dirigido aos professores e o segundo aos pais e encarregados de educação. Os questionários foram criados e enviados por meio da plataforma Google Formulários. O primeiro questionário foi dirigido a dez (10) professores e o segundo foi enviado a nove (9) pais e encarregados de educação. Essa escolha facilitou a resposta dos participantes, além de ajudar a manter as informações organizadas de forma eficiente.

O objetivo dos questionários foi entender como os participantes percebem o uso das línguas nativas e de que forma a língua de ensino (português) influencia o aprendizado e a inclusão escolar de seus filhos. O questionário destinado aos professores contém 22 questões, sendo 5 abertas, 16 fechadas e 1 de múltipla escolha; por sua vez, o questionário destinado aos pais conta com 14 questões, 11 fechadas e 3 abertas.

O estudo incidiu em 19 participantes de uma única escola: nove pais e encarregados de educação e dez professores. O manuscrito não descreve um procedimento probabilístico de seleção; por essa razão, os resultados são interpretados como percepções dos participantes deste estudo e não como estimativas generalizáveis ao conjunto do sistema educativo angolano. Na apresentação dos resultados, as respostas fechadas são sintetizadas por frequências e percentagens e as respostas abertas são discutidas por meio de excertos selecionados.

De acordo com Gil (2008), o questionário “é um dos instrumentos mais utilizados na pesquisa social, por permitir a obtenção de informações de forma sistematizada e com menor interferência do pesquisador no conteúdo das respostas” (GIL, 2008, p. 121). Neste quesito, a elaboração de questionários estruturados permitiu que os participantes expressassem suas opiniões de forma livre, assegurando, ao mesmo tempo, a uniformidade necessária à análise dos dados. É importante realçar que o questionário respeitou os princípios éticos, acompanhado por um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O questionário explicava as finalidades da pesquisa, garantindo a participação anônima e voluntária dos participantes, além de esclarecer que essas informações seriam usadas apenas para fins acadêmicos.

4.3. Apresentação dos resultados

Todos os participantes da pesquisa assinaram o TCLE. A partir dos dados coletados, observa-se que as mães dos alunos foram as que mais participaram

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
do questionário (77,8%), informação que mostra que são elas que mais acompanham a educação dos filhos. Quanto à zona em que as crianças moram, 44,4% vivem na zona urbana, 33,3% na zona suburbana e 22,2% na zona rural.

A maior parte dos pais e encarregados de educação que participaram da pesquisa está na faixa etária de 20 a 30 anos e corresponde a 44,4%. Este dado mostra que alguns voluntários não são pais, mas sim irmãos mais velhos que tomam conta dos mais novos enquanto os pais vão em busca do sustento.

Os dados fornecidos pelos pais e encarregados de educação nos fazem perceber que há uma convivência entre as demais línguas nacionais do país e o português. Observamos que a maior parte deles tem o Kikongo e o Kimbundu como línguas maternas, ambas com 33,3%. Ainda assim, o português é a língua mais usada em casa, também em 33,3%, especialmente na comunicação com as crianças. Isso mostra que há uma mudança entre gerações na maneira de falar: as línguas africanas continuam mais presentes entre os mais velhos, enquanto o português está se tornando a língua principal no dia a dia com a família.

Já no que diz respeito à aceitação do ensino bilíngue, identificou-se que 22,2% dos pais declaram aceitar que a escola utilize simultaneamente o português e o Kimbundu como línguas de ensino, enquanto 66,7% responderam “talvez” e 11,1% rejeitaram essa possibilidade. A predominância da resposta “talvez” indica uma posição maioritariamente condicional ou ainda não definida, e não uma adesão inequívoca. Os comentários abertos mostram que essa abertura é frequentemente associada à existência de professores capacitados, materiais pedagógicos adequados e uma implementação institucional bem estruturada.

Apesar desse olhar cuidadoso, os dados evidenciam também uma forte valorização das línguas nacionais de origem africana, uma vez que 77,8% dos pais acreditam que uma língua africana pode ser utilizada como língua de ensino; 88,9% afirmam que o uso do Kimbundu não comprometeria a aprendizagem do português; e 100% defendem a necessidade de proteção estatal e afirmam não sentir vergonha ao falar suas línguas maternas em público. Em conjunto, tais resultados revelam a percepção das famílias de que as línguas nacionais possuem importância cultural e educativa, não sendo vistas como barreiras ao desenvolvimento acadêmico.

Diversas opiniões sobre a questão da educação bilíngue em Angola foram apresentadas. A seguir, apresentaremos apenas 7 voluntários, para que possamos refletir sobre a importância do bilinguismo na sociedade angolana:

Voluntário 1: *Acho o tema pertinente, é muito importante conhecermos as nossas línguas, pois elas nos identifica, seria muito bom se o governo abraçasse a ideias de lecionar línguas nacionais nas nossas escolas, pois assim cresceríamos já com o hábito de as falar.*

Este voluntário defende que as línguas africanas de Angola podem ocupar maior espaço no ensino e associa a sua presença escolar à valorização cultural. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) oferece um referencial de proteção dos direitos educativos das comunidades linguísticas e de promoção das suas línguas. Nesse sentido, a introdução ou ampliação do ensino de línguas africanas pode ser discutida como uma forma de reconhecer a identidade cultural dos seus falantes, desde que acompanhada pelas condições pedagógicas e institucionais necessárias.

Voluntário 2: *Acredito que é um tema pertinente, mas acho que a escola deve preparar as crianças para lidar com dificuldades do dia-a-dia, e o português é a língua oficial do país. Sei que as línguas africanas são importantes para nossa cultura, na prática, a maioria das oportunidades profissionais exige domínio do português. Por isso, penso que a prioridade na escola deve ser fortalecer o ensino do português, as línguas nacionais podem ser aprendidas em casa.*

Este comentário expressa uma preferência pelo português com base no seu estatuto oficial e na sua utilidade percebida nos percursos acadêmicos e profissionais. Essa posição ilustra a hierarquia de prestígio que pode existir entre o português e as línguas africanas, sem significar necessariamente rejeição da importância cultural destas últimas. A Constituição da República de Angola (2010) determina, em seu artigo 19.º, que a língua oficial é o português e que o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola.

A Constituição não consagra um direito individual geral ao ensino em língua africana, mas atribui ao Estado o dever de valorizar e promover o estudo e o ensino das demais línguas de Angola. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), por sua vez, enquadra a língua como realidade coletiva e

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão, reforçando a relevância dos direitos educativos das comunidades linguísticas.

Voluntário 3: *Eu acho importante que as línguas africanas não desapareçam. São parte de quem somos. Mas, ao mesmo tempo, sei que o português é necessário para estudar, trabalhar e se comunicar em vários espaços. Por isso, penso que o ensino bilíngue precisa ser bem organizado: com professores formados, livros adequados e uma metodologia clara. Se for feito com seriedade, pode ser algo muito positivo; se for feito de qualquer maneira, pode causar mais dificuldades do que ajudar.*

Neste comentário, observa-se a fala de um pai preocupado com a situação linguística do seu filho. Trata-se de um pai consciente, que entende a importância das línguas dos povos, assim como o potencial que elas têm para o desenvolvimento da sociedade. O comentário mostra que a ausência de professores com formação de qualidade pode frustrar os interesses da sociedade.

Voluntário 4: *acho interessante levantar essa discussão, as vezes me sinto perdido, pois sou obrigado a falar o português na maior parte dos espaços formais. Quando eu falo kimbundo, lembro da minha mãe, minha avô, e de algumas histórias da minha família, e não quero que isso desaparece. minha avô dizia que "nossa língua é nossa casa, não podemos perder"*

Voluntário 5: *Achei o tema pertinente, uma vez que temos várias línguas dentro do território angolano, precisamos de temas como esse para dar mais valor a nossa identidade cultural. Relativamente às línguas nacionais em Angola é muito importante no ensino educativo e é um programa constitucional, mas por motivos desconhecidos até a dado momento não tem se verificado a sua implementação no ensino angolano com a sua implementação a uma forte valorização da nossa tradição e das nossas origens.*

Voluntário 6: *Acho importante que as línguas africanas sejam valorizadas desde cedo, para que nossas as nossas crianças cresçam sabendo das suas origens (quem são e de onde vêm). Se a escola só ensinar português, estaremos perdendo parte da nossa cultura. Onde já se viu quererem ensinar a todo custo inglês ou francês nas escolas, e as nossas línguas parecer que não existem.*

Voluntário 7: *Acho o tema interessante e que a criança aprende melhor começando por uma língua que reconhece as suas raízes, isso ajuda a manter a cultura e quebrar com certos olhares que se tem sobre as línguas nacionais.*

Diferentemente dos pais, o questionário dos professores mostra que, quanto ao gênero, a maior parte é do gênero masculino, representando 70%, enquanto 30% são do gênero feminino. Entre eles, 60% possuem o grau de licenciado, 10% o de mestre e 30% o de bacharel. Apesar das diferenças, a análise do questionário dos professores confirma ideias semelhantes. As línguas maternas predominantes entre os docentes foram Kimbundu (40%) e Kikongo (30%); contudo, 60% afirmam utilizar o português como principal língua de comunicação em casa, evidenciando a mudança linguística identificada nas famílias. Embora 30% deles já tenham lecionado Kimbundu, a maioria aponta a falta de formação especializada, a escassez ou má distribuição de materiais didáticos e a falta de orientações pedagógicas claras como limitações para a inserção efetiva das línguas nacionais no contexto escolar.

Olhando para as percepções sobre o ensino bilíngue, verificou-se unanimidade: 100% dos docentes consideram que o ensino bilíngue serviria como fator de inclusão, defendem que tal modalidade devia ser priorizada pelo Estado e apoiam a integração das línguas africanas no currículo, bem como a sua oficialização. Apesar dessa concordância, os professores criticam a atuação estatal: todos afirmam que o Estado não cumpre, na prática, o previsto no artigo 19.º da Constituição, uma vez que a valorização das línguas nacionais continua apenas no papel, sem investimentos em formação docente, produção de materiais pedagógicos e concursos específicos. Eles expressam preocupação quanto ao futuro das línguas nacionais: 70% acreditam que elas podem ficar restritas ao ambiente familiar, 50% temem seu desaparecimento e 70% consideram que essas línguas podem perder o valor social.

Além disso, práticas escolares de estigmatização ainda persistem: 70% dos docentes afirmam que algumas escolas proíbem o uso das línguas africanas nos corredores e 50% relatam que há docentes que não autorizam o seu uso em sala de aula. Esses dados demonstram que, apesar do reconhecimento do valor pedagógico e cultural das línguas nacionais, o ambiente escolar ainda reproduz ideologias linguísticas excludentes, dificultando a efetivação de um ensino verdadeiramente bilíngue e inclusivo.

Cada professor deu o seu parecer sobre o assunto em causa, mas aqui apresentaremos apenas 3 comentários, para podermos refletir sobre o tema e entender a visão de quem atua na educação:

Professor 1: *Achei muito interessante a proposta. O bilinguismo não é uma ameaça ao português, muito pelo contrário, é uma ponte para o conhecimento. Precisamos mudar o olhar dos próprios educadores, começando pela formação docente.*

Aqui, o professor traz uma ideia importante: o bilinguismo não deve ser visto como algo que enfraquece o português, mas sim como uma ferramenta que ajuda os alunos a aprenderem melhor. Ele destacou que, para o ensino bilíngue funcionar, é preciso mudar e investir na capacitação dos professores.

Professor 2: *Precisa se mudar a ideia de que é errado falar uma língua africana, principalmente em lugares supostamente formais.*

Essa opinião chama a atenção para um problema social grave, que é o preconceito linguístico. Está claro que existe uma pressão histórica para que as línguas africanas sejam mal vistas em ambientes considerados formais, como a escola. Isso reforça desigualdades e fere a autoestima dos não falantes do português no dia a dia. Então, precisamos olhar para o ensino bilíngue não somente como política escolar, mas também como mudança cultural, que envolve reconhecer a legitimidade e o valor das línguas africanas de Angola em todos os espaços.

Professor 3: *É urgente implementar programas reais de ensino bilíngue, essa política deve ser estrutural e não apenas simbólica. Muitos alunos ainda são proibidos de falar suas línguas, alguns professores ponderam, outros não talvez seja porque não têm noção do assunto.*

Aqui, observa-se uma crítica ao modo como o bilinguismo tem sido implementado, que o participante considera mais presente no discurso do que na prática. O relato de restrições ao uso das línguas africanas sugere, na experiência deste professor, um descompasso entre o reconhecimento normativo das línguas de Angola e determinadas práticas escolares. O participante associa ainda parte dessas práticas à insuficiente formação ou sensibilização de alguns docentes.

A existência de descrições gramaticais e lexicográficas de línguas de Angola é historicamente documentada. No caso do Kimbundu, a primeira

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de gramática sistemática conhecida foi publicada por Pedro Dias em 1697; nos séculos XIX e XX surgiram outras gramáticas e dicionários, como os trabalhos de Héli Chatelain e A. de Assis Júnior. Esses antecedentes mostram que a discussão atual não decorre da inexistência absoluta de recursos linguísticos, mas da necessidade de atualização, circulação, formação especializada e integração institucional desses recursos no ensino.

Meio século após a independência, persistem lacunas na produção, atualização, distribuição e utilização escolar de gramáticas, dicionários e materiais didáticos em línguas angolanas, apesar da existência de obras históricas e de iniciativas contemporâneas, como as referidas no Quadro I. A educação bilíngue pode constituir um caminho favorável à valorização e à preservação das línguas africanas de Angola, mas a sua implementação depende de políticas consistentes, formação docente, materiais adequados e regulamentação.

Considerações Finais

Com base na revisão teórica e documental e nas respostas dos participantes, observa-se que a diversidade linguística do país pode constituir um recurso pedagógico e cultural relevante para discutir aprendizagem, equidade e valorização de grupos historicamente marginalizados. Dada a dimensão e a concentração da amostra numa única escola, estas conclusões dizem respeito ao contexto estudado e às percepções recolhidas, não permitindo generalizações estatísticas para todo o sistema educativo angolano.

A análise da situação sociolinguística e do enquadramento legal mostra que o português ocupa uma posição central no sistema educativo, ao passo que a utilização das demais línguas de Angola permanece limitada. No contexto desta investigação, as respostas de pais, encarregados de educação e professores são consistentes com a percepção de que existem obstáculos à presença mais ampla das línguas nacionais na escola, embora o apoio à sua utilização varie e esteja associado a condições estruturais adequadas.

Apesar do aumento do uso do português referido por famílias e professores, as respostas não revelam rejeição generalizada das línguas nacionais. Entre os pais, a posição sobre o uso simultâneo do português e do Kimbundu é sobretudo condicional, enquanto os professores participantes apresentam apoio mais consistente à integração das línguas africanas no

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de currículo. Todos os docentes da amostra expressam ainda uma percepção crítica quanto à distância entre o artigo 19.º da Constituição e a sua concretização no espaço escolar.

Os participantes relatam também práticas escolares de restrição ou estigmatização do uso de línguas africanas, percepções que associam o português ao prestígio e as demais línguas nacionais a posições sociais menos valorizadas. No âmbito desta amostra, esses relatos sugerem tensões entre o reconhecimento formal da diversidade linguística e práticas concretas no espaço escolar.

O estudo contribui ao reunir percepções de pais, encarregados de educação e professores acerca do uso das línguas nacionais no ensino. Essas percepções apoiam o debate sobre o bilinguismo e sobre a necessidade de políticas linguísticas, formação docente e materiais adequados, mas não permitem, por si só, medir os efeitos do ensino bilíngue no desempenho escolar ou na redução objetiva das desigualdades.

Diante desse conjunto de elementos, conclui-se que a implementação do ensino bilíngue em Angola não se limita apenas a uma decisão pedagógica, mas integra um projeto político, cultural e social mais amplo. Para que ele se concretize de forma efetiva, tornam-se necessárias ações como:

- a) desenvolvimento de políticas linguísticas consistentes e alinhadas à realidade sociolinguística do país;
- b) investimento na formação inicial e continuada de professores para o ensino de línguas nacionais;
- c) produção e distribuição sistemáticas de materiais didáticos bilíngues;
- d) fortalecimento institucional das línguas nacionais no currículo;
- e) ações de sensibilização para combater preconceitos linguísticos ainda presentes na sociedade;

Deste modo, os resultados permitem retomar as hipóteses inicialmente levantadas com a prudência exigida pelo desenho do estudo. A primeira hipótese, de que o uso das línguas nacionais poderia melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, encontra apoio nas percepções de pais e professores sobre maior facilidade de aprendizagem quando a língua materna é mobilizada, mas não foi testada por meio de medidas diretas de desempenho escolar. A segunda hipótese, que relacionava o ensino bilíngue à inclusão

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de social e à redução de desigualdades, é apoiada pelas percepções dos participantes quanto ao potencial inclusivo do bilinguismo, sem que os dados permitam demonstrar uma relação causal ou uma redução efetiva das desigualdades. A terceira hipótese, relativa à falta de recursos e de formação docente como obstáculos à implementação do bilinguismo, é corroborada de forma recorrente pelas respostas dos participantes.

Espera-se que pesquisas futuras aprofundem temas como a eficácia pedagógica de programas bilíngues em diferentes níveis de ensino, a formação docente específica para contextos multilíngues e o impacto do bilinguismo no desempenho escolar. Acredita-se que este estudo contribua para ampliar o debate voltado a políticas linguísticas inclusivas e para incentivar transformações concretas no sistema de ensino angolano. Diante do exposto, reafirma-se que o ensino bilíngue, quando concebido como prática de justiça social, representa um caminho promissor para a construção de uma escola mais plural, culturalmente representativa e comprometida com a equidade e a cidadania.

Referências



- ANGOLA. [Constituição (2010)]. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Tribunal Supremo, 2018. Disponível em: <https://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- ANGOLA. Lei n.º 17/16, de 7 de outubro. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 170, 7 out. 2016. Disponível em: <https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2016/lei-n-o-17-16-de-07-de-outubro/>. Acesso em: 6 set. 2026.
- ASSIS JÚNIOR, A. de. *Dicionário kimbundu-português, linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Argente, Santos e Comp., 1948.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José. *Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194395>. Acesso em: 8 maio 2025.

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
 BERNARDO, Ezequiel P. J.; SEVERO, C. G. Políticas linguísticas em Angola: sobre
 as políticas educativas in(ex)cludentes. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, p. 1-
 22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.498>.

CHATELAIN, Héli. *Grammatica elementar do Kimbundu ou lingua de Angola*.
 Genebra: Typ. de C. Schuchardt, 1888-1889.

CHICUMBA, Mateus Segunda. *A Educação Bilíngue em Angola e o Lugar das
 Línguas Nacionais*. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de
 Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed.
 Porto Alegre: Penso, 2013.

CRESWELL, John W. Procedimentos qualitativos. In: CRESWELL, John W. *Projeto
 de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre:
 Artmed, 2007. p. 184-201.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e
 misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS. Barcelona, 1996.
 Tradução portuguesa de Wanda Ramos. Edição portuguesa: Comissão Nacional
 da UNESCO / PEN Clube Português, 1999.

FERNANDES, Gonçalo. A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu
 (Lisboa 1697) de Pedro Dias, S.J. (1621/1622-1700) e a ars minor (Lisboa 1573)
 de Manuel Álvares, S.J. (1526-1583). *Confluência*, número especial 30 anos, p.
 463-488, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.502>.

FILIPPE, Tanya Amara. Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e
 práticas pedagógicas. *Revista Fórum Permanente de Educação Linguagem e
 Surdez do Instituto Nacional de Educação de Surdos*, jul./dez. 2012. ISSN 1518-
 2509.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,
 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo:
 Atlas, 2008.

GLOSBE. *Dicionário português-Kimbundu*. 2025. Disponível em:
<https://glosbe.com/pt/kmb>. Acesso em: 6 set. 2026.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da
 População e Habitação 2014: resultados definitivos*. Luanda: INE, 2016.

João Cristóvão da S. Mussoque; Alexandre A. Timbane. O ensino bilíngue como fator de
JOAQUIM, José Amilton; PACHECO, José Augusto. *Educação bilíngue em Moçambique: um estudo de caso na Província de Gaza, centrado nas práticas pedagógicas do Ensino Básico*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane; Braga: Universidade do Minho, 2017.

KIMBUNDU.ORG. *Arquivo Kimbundu: dicionário pesquisável*. 2025. Disponível em: <https://www.kimbundu.org/pt/>. Acesso em: 6 set. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MEGALE, Antonieta; EL KADRI, Michele. *Escola bilíngue: (trans)formando saberes na educação de professores*. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2023. ISBN 978-85-63489-58-6.

MIRANDA, Felizbela Kuyela Alberto. A Problemática da Alfabetização Bilíngue no Ensino Formal da Província da Huíla-Angola. *Revista TEL*, Irati, vol. 14, p. 361-370, jan./jun. 2023.

MIRANDA, Felizbela Kuyela Alberto. Letramento e Ensino de Línguas Nacionais na Província da Huíla-Angola. In: COPENE – Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, 5., 2008, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2008.

MPUNGU, Ngana (Celso Dermones).  *Mini Dicionário Kimbundu*. AEUPA, 2021. Disponível em: <https://aeupa.ao/books/mini-dicionario-kimbundu/>. Acesso em: 6 set. 2026.

PATATAS, Teresa; QUINTAS, Joana. Ensino bilíngue e educação para a paz em contextos de diversidade linguística e cultural. In: CARVALHO FILHO, Cláudio (Org.). *Dossiê: Educação, diversidade linguística e cultural*. Porto: Universidade do Porto, 2019.

SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola. *Letras em Revista*, Teresina, vol. 12, n. 1, p. 169-187, jan./jun. 2021.

SOUSA, Elizabeth Muhongo Sebastião de. *Organização da Educação em Angola*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

UNESCO. *Education in a multilingual world*. Paris: UNESCO, 2003.

ZOSSOU, Alban Amin. O conceito africano de língua: representação, manifestação e importância social. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, vol. 13, n. 2, p. 48-61, jul./dez. 2021.

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 08/09/2026

Para citar este texto (ABNT): MUSSOQUE, João Cristóvão da Silva; TIMBANE, Alexandre António. O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.6, nº 3, p.19-48, jul./dez.2026.

To cite this text (APA): Mussoque, J. C. D. S., & Timbane, A. A. (jul./dez. 2026). O ensino bilíngue como fator de inclusão: o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 6 (3): 19-48.

